
Resenha

RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do exército brasileiro (1905-1946)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2010.

A formação de uma elite: as práticas de seleção de oficiais no Exército brasileiro (1905-1946)

Tatyana de Amaral Maia¹

As complexas relações entre o Estado e os militares no Brasil Republicano têm mobilizado dezenas de cientistas sociais e historiadores nas últimas décadas. A presença dos militares na vida política brasileira, num trânsito que envolve desde movimentos contestatórios na Primeira República (1889-1930) até a efetiva tomada do poder em 1964, além, claro, das constantes garantias de governabilidade proporcionadas ao chefe do executivo, demonstra a importância desses atores no cenário nacional. A movimentação das Forças Armadas na política não foi nem linear, nem mesmo uníssona. Envolveu diferentes grupos formados no interior da caserna e engajados em modificar tanto às práticas institucionais das Forças Armadas quanto os rumos da nação. Oficiais ou praças, tenentes ou generais, esses homens saíram de seus quartéis para ocupar um lugar de destaque, nem sempre honroso, na história do Brasil. Onde a obra recém-lançada de Fernando Rodrigues se encaixa nesse turbulento cenário?

O livro de Rodrigues, fruto de sua tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em História na UERJ, em 2008, nos permite compreender o processo de modernização conservadora do exército brasileiro, através de uma análise cuidadosa sobre a seleção do corpo de oficiais da Escola Militar de Realengo (EMR). Mas, não é apenas isso. Como demonstra Rodrigues, a preocupação com a formação

¹ Prof.^a Adjunta do mestrado em História da Universidade Severino Sombra. Pós-doutoranda da Universidade Federal Fluminense.

dos futuros quadros da elite dirigente do exército estava profundamente marcada pelos posicionamentos ideológicos do governo brasileiro, a partir de 1930. Dedicando-se especialmente ao inventário das fichas de inscrição dos candidatos a oficiais entre o período de 1931 e 1946, o historiador analisa a discriminação ideológica e étnica no processo seletivo. Homens pobres, imigrantes, minorias raciais e religiosas – judeus, muçulmanos e negros – eram os *indesejáveis*. Eram tempos de nacionalismo xenófobo.

Ao investigar a construção do pensamento discricionário no interior do Exército brasileiro e o fortalecimento dos mecanismos de institucionalização – no qual o processo de seleção de jovens oficiais ocupa um espaço importante – Rodrigues analisa a Escola Militar e suas constantes reformas nos regulamentos de ensino desde a Primeira República. As primeiras décadas do século XX foram um período conturbado tanto no Brasil quanto no mundo. A 1ª Guerra (1914-1918) e a Revolução Russa (1917) no cenário internacional e os movimentos sociais no Brasil influenciaram as reformas de ensino promovidas pela EMR. No Brasil, a influência do comunismo e do anarquismo no seio da classe trabalhadora e a insatisfação das classes médias com o rumo da política nacional controlada pelas oligarquias levaram as Forças Armadas à defesa constante de um projeto modernizador de caráter autoritário para o país.

Durante o primeiro Governo Vargas (1930-1945), a EMR reforçou suas práticas discriminatórias, com o objetivo de formar uma elite militar coesa, alinhada aos pressupostos autoritários presentes naqueles anos tortuosos. A elite militar brasileira reproduzia o mesmo padrão da elite política e econômica nacional. Os filhos bem-nascidos da pátria deveriam guiar o país tanto na esfera civil quanto militar.

Fernando Rodrigues alinha-se à periodização proposta por Maria Helena Capelato que, para fins analíticos, divide o Estado Novo (1937-1945) em dois períodos: o primeiro, de 1937-1942, responsável pelas principais reformas e pelo amplo investimento em propaganda política para legitimar a ditadura varguista; o segundo, de 1942 até 1945, quando a entrada do país na 2ª Guerra Mundial ao lado dos países aliados contra o nazi-fascismo expõe as mazelas de toda e qualquer ditadura, levando ao processo de redemocratização política do país². O autor concentra sua análise no

² CAPELATO, Maria Helena. “O Estado Novo: que trouxe de novo?” In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (O Brasil Republicano, vol.2) 3ª edição pp.107-144 p.113

primeiro período, marcado por mecanismos de controle social e intensa propaganda, ambos inspirados nos modelos nazi-fascistas europeus.

A reprodução das elites dirigentes, sejam elas civis ou militares, é marcada por processos de manutenção dos privilégios e a incorporação de novos indivíduos neste *pétit monde* depende de características distantes da prática meritocrática ventilada pelos ideais da modernidade. No caso dos candidatos à Escola Militar de Realengo (EMR), objeto de pesquisa privilegiado por Rodrigues, o perfil sócio-econômico era um fator igualmente importante para a admissão ou rejeição do candidato. Candidatos oriundos de famílias pobres, constituídas por indivíduos com pouca ou nenhuma instrução formal, eram prontamente eliminados. O princípio do mérito intelectual como fator determinante na escolha e promoção de seus quadros era artificial e não se sustentava. Na prática, se reproduzia na instituição militar os mesmos padrões de exclusão existentes na sociedade brasileira da época. A elite brasileira mantinha assim seus espaços de mando e autoridade, tanto no campo civil quanto no campo militar, relegando a um segundo escalão – no caso militar, grupo formado por soldados e sargentos – aqueles que não se adequavam aos critérios silenciosos e subjetivos de admissão nos quadros de elite do exército brasileiro.